

OS DESVIOS ORTOGRÁFICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II: DESCRIÇÃO, ANÁLISE E ATITUDES LINGUÍSTICAS

José Jaime Martins dos Santos¹; Rossana Ramos Henz²

¹Discente do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem pela Unicap.
E-mail: profjaimemsantos@hotmail.com

²Docente do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem pela Unicap.

RESUMO

A temática apresentada neste trabalho insere-se dentro do campo da Sociolinguística Educacional, do continuum entre fala e escrita assumindo uma postura de estudos e atitudes linguísticas em relação ao ensino da língua. Nesse sentido, identificamos, descrevemos e analisamos alguns fenômenos fonético-fonológicos que emergem nos escritos de alunos do Ensino Fundamental II no Município de Aratuba – Ceará. Os desvios pesquisados são desvios ortográficos de natureza fonético-fonológica, especialmente aqueles que são originários dos hábitos de fala e que surgem na escrita. A fim de explicitarmos o funcionamento dos fenômenos pesquisados, seguimos os pressupostos enumerados e discutidos por alguns autores. Após a coleta e diagnose dos desvios ortográficos, fizemos uma sondagem das atitudes dos professores por meio de um teste de atitudes linguísticas para verificarmos as reações subjetivas dos docentes em relação às produções escritas dos alunos. No que diz respeito às atitudes dos professores de língua portuguesa, os resultados encontrados por meio do teste apontaram que professores tenham uma avaliação negativa em relação aos desvios ortográficos, o que implica na retomada da enraizada cultura do erro. Além disso, nem todos os educadores reagiram positivamente à relação biunívoca entre fala e escrita. De modo geral, eles acreditam que os alunos fazem uma cópia da fala no texto escrito. Com essas atitudes, foi possível concluir que os professores não diferenciam os tipos de desvios encontrados no texto. Notamos também a falta de ênfase na discussão das variedades linguísticas, em especial no que diz respeito à escrita dos alunos.

Palavras-chave: Desvios. Fonologia. Variedades.

INTRODUÇÃO

A aquisição da língua escrita é, para os professores da Educação Básica e educadores um grande desafio a ser enfrentado. O maior equívoco da escola é seguir uma trajetória educacional em que se prioriza um ensino descontextualizado da escrita, colocando essa modalidade como superior a fala, por exemplo. Não compreender a relevância do trabalho com a modalidade oral em sala de aula é desconhecer e negar aos alunos o poder da palavra falada como arma de ascensão social e, também, indispensável na luta de classes.

A realidade escolar, bem como acrescenta Gomes (2008), tem revelado que grande parte dos alunos está sendo excluídos da escola, mesmo no início da alfabetização, por apresentarem resultados que não são suficientes no domínio de habilidades que envolvem a leitura e a escrita. É importante ressaltarmos que, quando esses não são excluídos, os professores, em sua maioria alimentam e ajudam a perpetuar, inconscientemente, falhas no aprendizado da escrita, além de outros aspectos. Grande parte da responsabilidade por essa exclusão também deve ser atribuída ao conflito entre a linguagem de uma escola que está a serviço das classes privilegiadas e a linguagem das camadas populares, que a escola acaba censurando e estigmatizando.

A escrita tornou-se um bem indispensável para a humanidade. Mais que isso, e escrita tem uma história rica, multifacetada, não linear e cheia de contradições (GRAFF, 1995). Na sociedade atual, a escrita é mais que uma mera tecnologia, é sinônima de poder e desenvolvimento. Contudo, devemos lembrar que essa supremacia não é, nem nunca será, um mérito imanente da escrita. Já que essa modalidade foi sobreposta de forma avassaladora às demais habilidades, forçando a todos a se habituarem a ela, de modo que as pessoas começaram a ser excluídas e marginalizadas por não a conhecerem e a dominarem.

Afinal, diariamente alunos são discriminados através das avaliações que os professores fazem de questões relacionadas à língua e à sociedade; mais especificamente, avaliam negativamente as variedades linguísticas menos prestigiadas que seus alunos carregam para o âmbito escolar e que acabam refletidas na modalidade escrita. Desse modo, essa avaliação, ou melhor, a atitude linguística do professor é decisiva para o processo de aprendizagem do aluno que pode ou superar ou manter “problemas” de aprendizagem como, por exemplo, transposição dos hábitos de fala para a escrita.

Dessa maneira, procuraremos investigar a influência da oralidade na escrita escolar, na perspectiva de contribuir através da busca investigativa das atitudes dos professores frente aos desvios ortográficos que são frutos dessa influência.

Contudo, encontramos a seguinte problemática: Desvios ortográficos encontradas em produções escritas de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II em três Escolas Públicas do Município de Aratuba – Ceará.

A língua escrita sempre se constituiu como um fator de unificação linguística. Além disso, também é observada como uma tecnologia valorizada socialmente, mesmo que suas transformações sejam lentas em relação às apresentadas continuamente por outras tecnologias. A sociedade brasileira valoriza bastante a escrita de forma padrão, mesmo que essa norma seja abstrata. Pensando nisso, observar e inventariar as formas que são hábitos da fala transpostos pela escrita é uma forma muito útil para a agenda de tarefas dos professores, já que diminuiria as possíveis “confusões” de fala x escrita, na produção de textos escritos formais.

A noção de erro sempre esteve ligada ao fracasso escolar e, conseqüentemente, como ferramenta para enaltecer as diferenças sociais. Quando os alunos escrevem como falam ou quando ocorre qualquer outro fenômeno com traços da oralidade ou não, a ação é imediatamente taxá-lo como erro, como se os alunos não soubessem português ou fossem preguiçosos e, sobretudo, como se que a gramática tradicional fosse a bíblia de qualquer falante. O que muitos docentes não compreendem é que o que apontam como sendo “erros” ortográficos são a forma com a qual os aprendizes da língua escrita nos revelam o conhecimento que eles têm sobre a língua.

Entende-se a produtividade como forma rica com que os aprendizes lidam com a língua escrita e recorre à oralidade para fazer várias hipóteses sobre a escrita, mas usam também a escrita, dinamicamente, para construir uma análise da própria fala. É mais produtivo linguisticamente pensar em desvios ortográficos, haja vista que, a partir do advento da sociolinguística, podem-se reconhecer várias normas dentro de um mesmo sistema linguístico.

É com intuito de eliminar a proliferação do preconceito linguístico que, neste trabalho, assumiremos a noção de “desvios”, mais especificamente “desvios ortográfico”, ao invés de “erros”.

Outro importante aspecto que evidencia a necessidade de substituir a ideia de erro ortográfico por desvio está no que aponta Gnerre (1985, p. 4):

O “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição dos falantes dentro da pirâmide das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedades linguísticas. Quanto mais baixo estiver o falante na escala social, maior o número de “erros” as

camadas mais elevadas atribuirão a sua variedade linguística (e a diversas outras características sociais dele).

Portanto, a aquisição do erro está na avaliação que a sociedade faz do indivíduo e, com isso, nota-se que a noção de erro transcende os aspectos linguísticos. Gnerre (1985, p. 22) destaca que “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. Logo, a norma culta da língua se torna expressamente fundamental, uma vez que ela exerce um quê de diferenciação entre os cidadãos de uma mesma sociedade.

Ainda, se o aluno leva quase toda trajetória escolar para dominar de maneira satisfatória a norma ortográfica, é preciso que se abandone a ideia negativa que carrega o erro e se aposte na ideia de que os alunos estão apontando desvios ortográficos em relação ao padrão ensinado e aprendido na escola.

O nosso maior objetivo com esse trabalho é descrever e analisar os desvios ortográficos encontrados em produções escritas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de três escolas públicas de Aratuba – Ceará. Investigando também, quais são as atitudes linguísticas dos professores de Língua Portuguesa no 9º ano em relação à presença de tais desvios.

METODOLOGIA

Esse estudo se baseia no modelo não experimental, tipo descritivo, modalidade estudo de caso, com enfoque qualitativo.

Primeiramente explicitamos as escolas que irão fazer parte da pesquisa, juntamente com um breve histórico da cidade de Aratuba. Apontamos também, os métodos necessários para a diagnose dos desvios ortográficos, justificando a escolha do gênero narração para coleta dos dados e a quantidade de textos coletados em cada escola. Na sequência, destacaremos os procedimentos para análise dos desvios ortográficos e a forma de elaboração de testes de atitudes dos professores.

Aliado à descrição, à identificação e à análise de desvios ortográficos, procuramos verificar as atitudes de professores de português da Educação Básica frente aos desvios ortográficos produzidos por seus alunos. Para isso, elaboramos um teste de atitude que visa fundamentalmente verificar a percepção e tomada de atitude do professor diante dos desvios ortográficos.

Conforme já mencionado, partimos do princípio de que a atitude do professor pode refletir um comportamento negativo ou positivo em relação a tais desvios e a manifestação de um ou de outro é ponto chave para a efetividade do ensino e da aprendizagem desses alunos. Por exemplo, se um professor desenvolve uma forte avaliação negativa em relação aos desvios que estão sendo produzidos por seus alunos, irá considerar e avaliar qualquer tentativa do aprendiz de uma maneira estereotipada, corroborando e reforçando não só o preconceito linguístico, bem como as crenças que perpassam o ensino de língua: “o português é a língua mais difícil”, “português é chato” ou “eu falo melhor do que escrevo”.

Ressaltamos, portanto, que nesta pesquisa entendemos atitudes linguísticas como um conceito unidimensional (FISHBEIN, 1965), segundo o qual a atitude é uma abordagem que vai responder apenas pelo significado avaliativo de um objeto ou conceito, ou seja, pela avaliação que se faz sobre determinado objeto, se é bom, ruim ou neutro. Coadunamos, também, com a proposta de Lopes (2007) que, especificamente no campo da sociolinguística, esclarece que atitudes linguísticas são como uma disposição valorativa do falante sobre os fenômenos linguísticos específicos, no caso, sobre os desvios ortográficos de natureza fonológicos.

Os informantes que responderem os testes de atitudes serão os professores de Língua Portuguesa dos alunos que elaboram as redações coletadas, como já apontadas anteriormente,

o teste de atitude é o instrumento de pesquisa responsável pela verificação das reações subjetivas dos professores frente ao que tem sido produzido pelos alunos. Assim, o teste de atitude foi elaborado no intuito de colocar os desvios ortográficos na dimensão avaliativa, já que era a partir desse ponto que poderíamos verificar as reações positivas e negativas dos professores e, ainda, de que maneira essas funcionavam na manutenção e superação dos desvios.

O teste é composto por questões que visam investigar as atitudes diante de ocorrências do fenômeno analisado e, também, atitudes nas práticas escolares.

A Parte I tem como objetivo coletar informações acerca da formação do professor que responderá às questões indicadas, ao verificarmos se há informações relevantes para a pesquisa advindas da formação do professor que responderá às questões indicadas, para verificarmos se há informações.

Com a relação á abordagem direta, Garrett (2010, p. 39) afirma: “as pessoas são simplesmente perguntadas diretamente acerca da avaliação linguística, preferência, etc. elas são convidadas para articular explicitamente quais são suas várias atitudes sobre o fenômeno linguístico”. Nesse tipo de abordagem, diversas técnicas e procedimentos podem ser utilizados para se coletar os dados; para este trabalho utilizamos um questionário convidando os professores a darem respostas abertas e escritas sobre o objeto selecionado para a avaliação.

Quanto à questão (a), mais especificamente, solicitamos que o professor, ao observar uma situação real de uso, expressasse suas atitudes através de sua avaliação do texto em questão, considerando que, conforme lembram Ilari e Basso (2009):

A força com que o objetivo da correção sobrepuja os outros objetivos formativos que poderiam orientar o ensino de língua é tão grande que o professor do ensino fundamental e médio tende a desqualificar como ruim toda e qualquer produção do aluno que cometa deslize contra a sintaxe, a ortografia ou mesmo a disposição de páginas próprias do português culto, negando-lhes inclusive o caráter de texto (...). (ILARI; BASSO, 2009, p. 23)

Ainda sobre as questões em (b) pedimos para o professor fazer uma avaliação subjetiva do aluno que produziu o texto, permitindo que ele possa marcar todas as alternativas que achar pertinente. O objetivo com essa questão é não só de verificar a reação dos professores em relação ao poder da escrita de marcar estereótipos, como tentar propor, minimamente, um esquema de similaridade. O presente método é inovador, já que cria uma inspeção gráfica gerada a partir do ponto de vista do pesquisador e será mais bem detalhada na seção de análise desta dissertação.

As questões (c) e (d) ajudarão na confirmação das reações apontadas pelos professores nas alternativas anteriores. Na alternativa (e) utilizaremos uma adaptação da técnica do diferencial semântico de Os OSGOOD (1965), mas com uma escala de seis pontos, já que teremos uma quantidade muito pequena de testes o que nos dificultaria estabelecer, por exemplo, o que seria, de fato, um ponto neutro para os participantes da pesquisa.

Por fim, na questão de número 3 convidaremos os professores a darem explicações da natureza do problema indicado, na tentativa de verificar se ele compreende a importância e o papel da oralidade e sua influência sobre a escrita nessa faixa escolar. Quando tratamos de língua ou variedade da língua, normalmente, tudo o que foge dos padrões estabelecidos, pelos que se acham detentores da norma de prestígio, é visto como errado; logo, os indivíduos, e conseqüentemente, sua fala ou escrita, são alvos de atitudes e avaliações subjetivas negativas movidas por coerções sociais.

Ainda, solicitamos que os docentes apresentassem quais atividades seriam necessárias para a solução do problema, com o objetivo de verificar se os aspectos atitudinais dos professores são adequados para o tratamento dos desvios ortográficos, de modo a fornecerem indícios de como podem ajudar o aluno a superar ou manter tais desvios.

RESULTADOS

Para obter uma análise crítica de suas próprias práticas pedagógicas é um importante passo para a implementação da Sociolinguística Educacional em sala de aula.

Considerada como “tendência para reagir”, a atitude linguística é um componente importante para extrair as avaliações (positivas e negativas) que são feitas em relação a um dado objeto. Sendo assim, o teste elaborado para esta pesquisa nos permita encontrar algumas pistas que podem explicitar as razões pelas quais a escola (e o professor) não tem conseguido vencer o desafio de levar os alunos a se tornarem competentes e autônomos no uso da norma culta da língua, passaporte indispensável para seu ingresso em espaços sociais que pretendem alcançar.

Uma hipótese relaciona-se à insistência da nossa tradição escolar em não reconhecer a legitimidade das variedades dos alunos, impondo-lhes, de maneira descontextualizada, o domínio de uma norma considerada “cultura” como condição irrestrita para o sucesso.

Reconhecer que outras escritas existem é o primeiro passo. Com isso, é dever do docente convidar o aluno de modo legitimado pela própria escola e, também, o que poderá permitir uma possível Ascensão social. Indiscutivelmente, noções de adequações e inadequação devem ser sempre retomadas para que eles compreendam que há situações em que sua variedade pode não ser avaliada negativamente, enquanto em outros contextos sim.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que os professores não refletiram sobre a grande exigência e esforço que deve ser depreendido para ensinar ortografia para seus alunos. O regente da turma da turma não deve olhar o texto dos seus alunos como fim em si mesmo, é dever do educador convidar os alunos a pensarem sobre suas práticas construções e discutirem sobre as diferentes motivações por trás de cada uma.

Constatamos, também, a necessidade de um direcionamento de ações pedagógicas no sentido de levar os professores a entender a influência dos hábitos da fala para a escrita como um processo gradual, à medida que eles possam transferir, de igual maneira, a seus alunos, apresentando outras formas e características próprias da escrita e da cultura de letramento.

Evidências linguísticas já esclarecem que o erro não deve ser considerado do ponto de vista linguístico, afinal ninguém é capaz de realizar algo que a estrutura da língua não permita. Quando adentramos ao campo da escrita, embora exista uma norma que rege e sistematize seu uso, o aluno não deve ser considerado como produtor de erros na língua. Ao contrário, o aluno deve ser considerado um produtor de hipóteses que se validam se observarmos o sistema linguístico como um todo e, em especial, as produções escritas.

AGRADECIMENTOS

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – UNICAP

REFERÊNCIAS

FISHBEIN, M. A consideration of beliefs, attitudes, and their relationships. Current studies in social psychology, Holt, Rinehart & Winston New York, p. 107 -120, 1965.

GARRETT, P. Attitudes to language. Cambridge: University Press, 2010.

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOMES, A. M. A influência da oralidade na escrita: uma análise sociolinguística sobre as redações escolares de uma escola pública do distrito federal. 2008. Dissertação de Mestrado.

GRAFF, H. J. Os Labirintos da Alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ILARI, R; BASSO, R. O português da gente: a língua que estudamos: a língua que falamos. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

OS GOOD, C. E. Cross-cultural comparability in attitude measurement via multilingual semantic differentials. Current studies in social psychology, Holt, Rinehart, and Winston New York, p. 95-107, 1965.